



1

**CURSO SOBRE REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E  
PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE  
CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM  
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA  
DISCIPLINADOS PELA IN SEGES/MPDG Nº 5/2017**

**INTRODUÇÃO**

Elaboração

José Hélio Justo

Versão de 27 de novembro de 2021

**Florianópolis, de 06 a 10 de dezembro de 2021**

2

2

#### **SUMARIO DA IN SEGES/MPDG Nº 5/2017**

### **➤ CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS – Art. 1º**

- ✓ Seção I – Das Definições – Art. 2º
- ✓ Seção II – Das Características da Terceirização de Serviços – Arts. 3º a 6º
- ✓ Seção III – Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta – Arts. 7º e 8º
- ✓ Seção IV – Da Vedação à Contratação de Serviços – Art. 9º
- ✓ Seção V – Dos Serviços Prestados por Cooperativas e Instituições sem Fins Lucrativos – Arts. 10 a 13
- ✓ Seção VI – Das Características dos Serviços
  - Subseção I – Dos Serviços Comuns – Art. 14
  - Subseção II – Dos Serviços Prestados de Forma Contínua e Não Contínua – Arts. 15 e 16
  - Subseção III – Dos Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra – Arts. 17 e 18

3

3

### **➤ CAPÍTULO II – DO PROCEDIMENTO DA CONTRATAÇÃO – Art. 19**

### **➤ CAPÍTULO III – DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO – Art. 20**

- ✓ Seção I – Dos Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação – Arts. 21 a 23
- ✓ Seção II – Dos Estudos Preliminares – Art. 24
- ✓ Seção III – Do Gerenciamento de Riscos – Arts. 25 a 27
- ✓ Seção IV – Do Projeto Básico ou Termo de Referência – Arts. 28 a 32

### **➤ CAPÍTULO IV – DA SELEÇÃO DO FORNECEDOR – Art. 33**

- ✓ Seção I – Do Ato Convocatório – Arts. 34 e 35
- ✓ Seção II – Do Parecer Jurídico – Art. 36
- ✓ Seção III – Da Adjudicação e da Homologação – Art. 37
- ✓ Seção IV – Da Formalização e Publicação dos Contratos – Art. 38

4

4

➤ **CAPÍTULO V – DA GESTÃO DO CONTRATO**

➤ **Seção I - Das Atividades de Gestão e Fiscalização da Execução dos Contratos – Arts. 39 e 40**

✓ **Seção II – Da Indicação e Designação do Gestor e Fiscais do Contrato – Arts. 41 a 43**

✓ **Seção III – Do Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos**

• **Subseção I – Dos Aspectos Gerais da Fiscalização e do Início da Prestação dos Serviços – Arts. 44 a 47**

• **Subseção II – Da Fiscalização Técnica e Administrativa – Art. 48**

• **Subseção III – Do Procedimento para Recebimento Provisório e Definitivo dos Serviços – Arts. 49 e 50**

• **Subseção IV – Da Vigência e da Prorrogação – Art. 51**

• **Subseção V – Da Alteração dos Contratos – Art. 52<sup>5</sup>**

5

• **Subseção VI – Da Repactuação e do Reajuste de Preços dos Contratos – Arts. 53 a 61**

• **Subseção VII – Da Desconformidade da Proposta – Arts. 62 e 63**

✓ **Seção IV – Das Hipóteses de Retenção da Garantia e de Créditos da Contratada – Arts. 64 a 66**

✓ **Seção V – Do Processo de Pagamento – Art. 67**

✓ **Seção VI – Das Sanções – Art. 68**

✓ **Seção VII – Do Encerramento dos Contratos – Arts. 69 a 70**

➤ **CAPÍTULO VI – DISPOSIÇÕES FINAIS – Arts. 71 a 75**

6

6

## **SUMÁRIO DA IN SEGES/MPDG Nº 5/2017 - ANEXOS**

- **ANEXO I – DEFINIÇÕES**
- **ANEXO II – DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**
- **ANEXO III – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES**
- **ANEXO IV – MODELO DE MAPA DE RISCOS**
- **ANEXO V – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**
  - **ANEXO V-A – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO**
  - **ANEXO V-B – MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**
- **ANEXO VI – SERVIÇO DE VIGILÂNCIA, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**
  - **ANEXO VI-A – SERVIÇO DE VIGILÂNCIA**
  - **ANEXO VI-B – SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

7

7

- **ANEXO VII – DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
  - **ANEXO VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
  - **ANEXO VII-B – DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**
  - **ANEXO VII-C – MODELO DE PROPOSTA**
  - **ANEXO VII-D – MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS** (era o Anexo III da IN nº 2/2008)
  - **ANEXO VII-E – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**
  - **ANEXO VII-F – MODELO DE MINUTA DE CONTRATO**
  - **ANEXO VII-G – DA FORMALIZAÇÃO E PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

8

8

➤ **ANEXO VIII – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA**

• **ANEXO VIII-A – DA FISCALIZAÇÃO TÉCNICA**

• **ANEXO VIII-B – DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

➤ **ANEXO IX – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO** (aqui é que assegura, no item 7, a vantajosidade da prorrogação de contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra sem necessidade de pesquisa de preços, e que constava no § 2º do art. 30-A da IN SLTI nº 2/2008)

➤ **ANEXO X – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS**

➤ **ANEXO XI – DO PROCESSO DE PAGAMENTO**

➤ **ANEXO XII – CONTA-DEPÓSITO VINCULADA – BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO**

• **ANEXO XII-A – MODELO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (E SEUS 7 ANEXOS)**

9

9

**VAMOS VER ALGUNS ARTIGOS DA IN SEGES/MPDG Nº 5/2017 QUE INTERESSAM PARA A MATÉRIA DO CURSO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, de 25 de maio de 2017

Ementa: Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

**O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO,** no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, considerando o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no ~~Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997~~, **resolve: (O Dec. 2.271/97 foi revogado pelo Dec. 9.507/2018, que entrou em vigor em 22/01/2019)**

10

**Art. 6º da IN 5/2017** - A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade. (era o art. 13 da IN 2/2008) – **ver § 1º do art. 135 da Lei nº 14.133 - NLLC**

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública. **ver § 2º do art. 135 da Lei nº 14.133 - NLLC**

11

11

#### **Art. 135 da Lei nº 14.133 – .....**

**§ 1º** A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**§ 2º** É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

12

12

Dos Serviços **com** Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

**Art. 17.** Os serviços **com** regime de dedicação exclusiva de mão de obra são aqueles em que o modelo de execução contratual exija, dentre outros requisitos, **que: ver inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133 – NLLC – mesmos incisos.**

**I** - os empregados da contratada fiquem à disposição nas dependências da contratante para a prestação dos serviços;

**II** - a contratada não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

**III** - a contratada possibilite a fiscalização pela contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

**Parágrafo único.** Os serviços de que trata o *caput* poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III.<sub>13</sub>

#### Subseção VII - Da Desconformidade da Proposta

**Art. 63.** A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 1º O disposto no **caput** deve ser observado ainda para os custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte.

15

15

#### **ANEXO I - DEFINIÇÕES**

**II - BENEFÍCIOS MENSAIS E DIÁRIOS:** benefícios concedidos ao empregado, estabelecidos em legislação, Acordo ou Convenção Coletiva, tais como os relativos a **transporte, auxílio-alimentação, assistência médica e familiar, seguro de vida, invalidez, funeral, dentre outros**.

**V - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE:** custo necessário para **substituir**, no posto de trabalho, o profissional que está em gozo de **férias** ou em caso de **suas ausências legais**, dentre outros.

**VI - CUSTOS INDIRETOS:** os custos envolvidos na execução contratual decorrentes dos gastos da contratada com sua estrutura administrativa, organizacional e gerenciamento de seus contratos, calculados mediante incidência de um percentual sobre o somatório do efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, insumos diversos, encargos sociais e trabalhistas, tais como os dispêndios relativos a:

a) **funcionamento e manutenção da sede, aluguel, água, luz, telefone, Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), dentre outros;** b) **pessoal administrativo;** c) **material e equipamentos de escritório;** d) **preposto;** e e) **seguros.**

16

16



**VII - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS:**

custos de mão de obra decorrentes da legislação trabalhista e previdenciária, estimados em função das ocorrências verificadas na empresa e das peculiaridades da contratação, calculados mediante incidência percentual sobre a remuneração.

**X - INSUMOS:** uniformes, materiais, utensílios, suprimentos, máquinas, equipamentos, entre outros, utilizados diretamente na execução dos serviços.

**XI - LUCRO:** ganho decorrente da exploração da atividade econômica, calculado mediante incidência percentual sobre o efetivamente executado pela empresa, a exemplo da remuneração, benefícios mensais e diários, encargos sociais e trabalhistas, insumos diversos e custos indiretos.

17

17

**XV - PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS:** documento a ser utilizado para detalhar os componentes de custo que incidem na formação do preço dos serviços, podendo ser adequado pela Administração em função das peculiaridades dos serviços a que se destina, no caso de serviços continuados.

**XIX - REMUNERAÇÃO:** soma do salário-base percebido pelo profissional, em contrapartida pelos serviços prestados, com os adicionais cabíveis, tais como hora extra, adicional de insalubridade, adicional de periculosidade, adicional de tempo de serviço, adicional de risco de vida e demais que se fizerem necessários.

18

18

**XXII - SALÁRIO:** valor a ser efetivamente pago ao profissional envolvido diretamente na execução contratual, não podendo ser inferior ao estabelecido em Acordo ou Convenção Coletiva, Sentença Normativa ou lei. **Quando da inexistência destes, o valor poderá ser aquele praticado no mercado ou apurado em publicações ou pesquisas setoriais para a categoria profissional correspondente.**

19

19

**Art. 47 da IN SEGES nº 5/2017**

§ 1º - Deve ser estabelecido, desde o início da prestação dos serviços, **mecanismo de controle** da utilização dos **materiais** empregados nos contratos, para efeito de acompanhamento da execução do objeto bem como para subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

§ 2º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o **documento da contratada** que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

20

20

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020**

Dispõe sobre a elaboração dos **Estudos Técnicos Preliminares - ETP** - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital

**Art. 7º** Com base no documento de formalização da demanda, as seguintes informações deverão ser produzidas e registradas no Sistema ETP digital:

**V - estimativa das quantidades** a serem contratadas, acompanhada das **memórias de cálculo e dos documentos** que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

21

21

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020**

**Art. 7º - VI - estimativa do valor da contratação**, acompanhada dos **preços unitários** referenciais, das **memórias de cálculo e dos documentos** que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

**Acórdão TCU nº 2459/2021-Plenário** - Para fins do exercício do poder sancionatório do TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do [Decreto-lei 4.657/1942](#) - Lindb) a elaboração de documentos que fundamentem a contratação de serviços **sem justificativas para os quantitativos** a serem adquiridos.

22

22

### **Sugestão de como construir o histórico de consumo de materiais e equipamentos de um contrato específico**

O fiscal técnico deve exigir documento do contratado com a relação e quantitativo de materiais e equipamentos, com marca, modelo, quantidade de metros (papel higiênico), volume em litros (sabonete líquido), etc. a cada entrada no prédio, relacionados à prestação dos serviços.

Em 1 ou 2 anos será possível construir um histórico confiável para instruir a próxima contratação, bem como comparar com o previsto na licitação. **Há órgãos que até negociam na prorrogação redução dos custos com materiais.** <sup>23</sup>

23

### **ANEXO V - DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO (PB) OU TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

2. São diretrizes específicas a cada elemento do Termo de Referência ou Projeto Básico: ...

#### **2.9. Estimativa de preços e preços referenciais:**

a) Refinar, se for necessário, a estimativa de preços ou meios de previsão de preços referenciais realizados nos Estudos Preliminares;

b) No caso de serviços **com** regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o custo estimado da contratação deve contemplar o valor máximo global e mensal estabelecido em decorrência **da identificação dos elementos que compõem o preço dos serviços, definidos da seguinte forma:**

24

24

b.1. por meio do **preenchimento da planilha** de custos e formação de preços, observados os custos dos itens referentes ao serviço, podendo ser motivadamente dispensada naquelas contratações em que a natureza do seu objeto torne inviável ou desnecessário o detalhamento dos custos para aferição da exequibilidade dos preços praticados;

b.2. por meio de fundamentada pesquisa dos preços praticados no mercado em contratações similares; ou ainda por meio da adoção de valores constantes de indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes, se for o caso; e

**b.3. previsão de regras claras** quanto à composição dos custos que impactem no valor global das propostas das licitantes, principalmente no que se refere a **regras de depreciação de equipamentos** a serem utilizados no serviço.

25

25

#### **ANEXO VI-A - SERVIÇO DE VIGILÂNCIA**

**2.** O Posto de Vigilância adotará preferencialmente uma das seguintes escalas de trabalho:

**a)** 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, de segunda a sexta-feira, envolvendo 1 (um) vigilante;

**b)** 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

**c)** 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

**d)** 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

**e)** 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a sexta-feira, envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas;

**4.** Para cada tipo de Posto de Vigilância, deverá ser apresentado **pelos proponentes** o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado conforme a planilha de custos e formação de preços, contida no Anexo VII-D, desta Instrução Normativa. (OBS: 3ª planilha)

26

26

## **ANEXO VI-B – SERVIÇO DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO**

**1.** Deverão constar do Projeto Básico **(esqueceu o TR????)** na contratação de serviços de limpeza e conservação, além dos demais requisitos dispostos nesta Instrução Normativa:

**b)** produtividade mínima a ser considerada para cada categoria profissional envolvida, expressa em termos de área física por jornada de trabalho ou relação de serventes por encarregado;

**d)** **faixa referencial de produtividade, delimitando o intervalo no qual será dispensada a necessidade de comprovação de exequibilidade.** (ver Anexo VII-A, 6, “d” e 7.3)

**2.1.** Os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

27

27

**3.** Nas condições **usuais** serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

### **3.1) áreas internas:**

**a)** Pisos acarpetados: 800 m<sup>2</sup> a 1200 m<sup>2</sup>;

**b)** Pisos frios: 800 m<sup>2</sup> a 1200 m<sup>2</sup>;

**c)** Laboratórios: 360 m<sup>2</sup> a 450 m<sup>2</sup>;

**d)** Almoxarifados/galpões: 1500 m<sup>2</sup> a 2500 m<sup>2</sup>;

**e)** Oficinas: 1200 m<sup>2</sup> a 1800 m<sup>2</sup>;

**f)** Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m<sup>2</sup> 1500 m<sup>2</sup>; e

**g) Banheiros: 200 m<sup>2</sup> a 300 m<sup>2</sup>**

28

28

### **3.2. Áreas Externas:**

- a)** Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m<sup>2</sup> a 2700 m<sup>2</sup>;
- b)** Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m<sup>2</sup> a 9000 m<sup>2</sup>;
- c)** Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m<sup>2</sup> a 2700 m<sup>2</sup>; (limpeza semanal)
- d)** Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m<sup>2</sup> a 2700 m<sup>2</sup>; (limpeza quinzenal)
- e)** Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m<sup>2</sup> a 2700 m<sup>2</sup>; e (limpeza mensal)
- f)** coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m<sup>2</sup>. (= a 10 ha)

29

29

### **3.3. Esquadrias Externas:**

- a)** face externa com exposição a situação de risco: 130 m<sup>2</sup> a 160 m<sup>2</sup>;
- b)** face externa sem exposição a situação de risco: 300 m<sup>2</sup> a 380 m<sup>2</sup>; e
- c)** face interna: 300 m<sup>2</sup> a 380 m<sup>2</sup>.

**3.4. Fachadas Envidraçadas:** 130 m<sup>2</sup> a 160 m<sup>2</sup>, observada a periodicidade prevista no Projeto Básico; e

**3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas:** 360 m<sup>2</sup> a 450 m<sup>2</sup>.

### **No Acórdão TCU nº 1.520/2015 do Plenário**

9.1.33.2. inclua na etapa de fiscalização técnica do contrato:

9.1.33.2.1. controle gerencial acerca da **produtividade** do pessoal empregado nos contratos de limpeza, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações;

30

30

**10.** O Caderno de Logística conterá metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida neste anexo, podendo ser adaptadas às especificidades da demanda de cada órgão ou entidade contratante.

**11.** O órgão ou entidade contratante poderá adotar índices de produtividade diferenciados dos estabelecidos neste anexo, desde que devidamente justificado nos Estudos Preliminares.

**12.** Para cada tipo de área física deverá ser apresentado pelas proponentes o respectivo Preço Mensal Unitário por Metro Quadrado, calculado com base na planilha de custos e formação de preços, contida no **Anexo VII-D** desta Instrução Normativa.

**13.** O preço do Homem-Mês deverá ser calculado para cada categoria profissional, jornada de trabalho e nível de remuneração decorrente de adicionais legais.

Uma planilha para servente e outra para encarregado - por município (ISS e vale-transporte), por carga horária e por adicional - uns podem perceber, outros não.

31

31

#### **ANEXO VII-A - DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

### **6. Da Proposta**

**6.2.** As disposições para apresentação das propostas deverão prever que estas sejam apresentadas de forma clara e objetiva, estejam em conformidade com o ato convocatório, preferencialmente na forma do modelo previsto Anexo VII-C, e contenham todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando for o caso:

**a)** os preços unitários, o valor mensal e o valor global da proposta;

**b)** os custos decorrentes da execução contratual, mediante o preenchimento do modelo de planilha de custos e formação de preços; **(3ª planilha)**

**c) a indicação** dos sindicatos, Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas-bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO);

32

32



**d)** a produtividade adotada e, se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, **mas admitida pelo ato convocatório**, a respectiva comprovação de exequibilidade; (OBS: será que contraria o 7.3? Qual a filosofia que a nova IN pretende?)

**e)** a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual; (**OBS: limpeza por m2 não pode esquecer**)

**f)** a relação dos materiais e equipamentos que serão utilizados na execução dos serviços, indicando o quantitativo e sua especificação; e

**6.3.** Quando se tratar de serviços com fornecimento de mão de obra exclusiva, **o modelo de planilha** de custos e formação de preços, Anexo VII-D, constituirá anexo do ato convocatório e deverá ser preenchido pelos proponentes para análise da exequibilidade prevista do subitem 7.6. deste Anexo; **OBS: 2ª planilha**

33

33

**7.** Da aceitabilidade da proposta vencedora:

**7.3.** De acordo com as regras previstas nesta Instrução Normativa, o ato convocatório deverá permitir que os licitantes possam apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;

**7.4.** Para efeito do subitem 7.3 acima, o ato convocatório deverá prever a possibilidade de adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;

34

34

**7.5.** A apresentação das propostas nos termos do **subitem 7.4 acima** implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

**7.8.** Quando a modalidade de licitação for pregão, realizado na forma eletrônica, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada no momento da aceitação do lance vencedor;

35

35

#### **ANEXO VII-B - DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**2.1. É vedado** à Administração **fixar** nos atos convocatórios: **ver art. 48 da Lei nº 14.133 - NLLC**

**a) o quantitativo de mão de obra** a ser utilizado na prestação do serviço, devendo sempre adotar unidade de medida que permita a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço;

**b) os benefícios, ou seus valores,** a serem concedidos pela contratada aos seus empregados, devendo adotar os benefícios e valores previstos em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, como mínimo obrigatório, quando houver; ....

36

36

**e) exigência de comprovação de filiação a Sindicato ou a Associação de Classe, como condição de participação na licitação,** exceto quando a lei exigir a filiação a uma Associação de Classe como condição para o exercício da atividade, como nos casos das profissões regulamentadas em lei, tais como a advocacia, engenharia, medicina e contabilidade; ...

**i) quantitativos ou valores mínimos para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis,** tais como o quantitativo de **vale-transporte** a ser fornecido pela eventual contratada aos seus trabalhadores, ficando a contratada com a responsabilidade de prover o quantitativo que for necessário, conforme dispõe o art. 63 desta Instrução Normativa.

37

37

### **O processo de contratação de prestação de serviços continuados exige a elaboração de quantas planilhas?**

**1ª planilha:** planilha (orçamento) elaborada e preenchida pela Administração na fase de planejamento da licitação. Ver Anexo V, 2.9, b.1, da IN nº 5/2017 (art. 7º, §2º, II, Lei nº 8.666/93).

**2ª planilha:** modelo de planilha (orçamento), elaborada pela Administração, como anexo do instrumento convocatório. Geralmente em branco. Ver Anexo VII-A, 6.3 e 7.7, da IN nº 5/17.

**3ª planilha:** planilha (orçamento) preenchida pelo licitante vencedor, que retrata a formação de sua proposta, com quantitativos e custos unitários. Ver Anexo VI-A, 4, Anexo VII-A, 6.2.b, 7.6 e 7.7, todos da IN nº 5/2017.

**Resposta:** 3 planilhas

**IDEAL:** A planilha preenchida pela Administração deveria constituir anexo do edital e com a divulgação da metodologia de cálculo utilizada para seu preenchimento em anexo à planilha. Deve ser exigido no edital, do licitante vencedor, a apresentação da metodologia de cálculo utilizada em sua planilha.

38

38

### **PLANILHA DE CUSTOS – FINALIDADES (OBJETIVOS)**

**Quais as finalidades (objetivos) principais da Planilha de Custos?**

**1) Na fase interna,** para conhecimento dos componentes dos custos do futuro contrato. Se a Administração e o pregoeiro não conhecerem os itens componentes da planilha, como se vai estimar o custo da contratação e prever os recursos necessários? Como se vai julgar na licitação? Como se vai acompanhar a execução do contrato?

No Ac. 1.442/2015-P-item 9.3- o TCU determinou que a administração passasse a elaborar suas planilhas de custos e formação de preços e realizasse análise crítica das planilhas recebidas de orçamentos.

39

39

**2) Na licitação,** como elemento de informação do pregoeiro no momento em que deve decidir sobre a exequibilidade, aceitabilidade e classificação das propostas, inclusive para detectar manifesta inexecuibilidade de uma proposta. Entregar uma planilha sem erros para a execução contratual.

**3) Na fase de execução contratual:** 1) identificar as rubricas que deverão sofrer a correspondente incidência, quando de eventuais aditamentos quantitativos/qualitativos, revisões, repactuações e reajustes de insumos e materiais dos contratos celebrados; e 2) na fiscalização dos contratos, para verificação do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas e se os benefícios cotados na planilha estão sendo efetivamente concedidos. Subsidiar p/ negociar na repac. e prorrogação.

40

40

Caso o Pregoeiro constate erros/equívocos na Planilha de Custos apresentada pela licitante que ofertou o menor lance, ele pode (deve?) intimá-la para corrigi-los, na fase de aceitação da proposta?

**ANEXO VII-A – DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

**Anexo VII-A, 7.8, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017** – Quando a modalidade de licitação for pregão, realizado na forma eletrônica, a planilha de custos e formação de preços deverá ser entregue e analisada **no momento da aceitação do lance vencedor.** (OBS: e não depois - Ver Ac. TCU 10.604/2011 – 2ª Câmara.)

**Anexo VII-A, 7.9, da IN SEGES/MPDG nº 5/2017** – Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

41

41

**Anexo VII-A, 9.3, da IN SLTI nº 5/2017** - A inexecutabilidade dos valores referentes a **itens isolados** da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

**Do TCU, na mesma linha de entendimento:**

Decisão nº 577/2001 – P + Acórdãos nºs 2104/2004, 410/2008 e 2731/2009, todos do Plenário + Acórdãos nºs 5406/2009, 6762/2009 e 7494/2010, todos da 1ª Câmara. + Acórdão nº 4621/2009 da 2ª Câmara.

42

42

Foram excluídos na IN SEGES/MPDG nº 5/2017:  
1) Auxílio Creche e 2) Ausência por Doença.

**Incluíram duas férias, uma para o titular e outra para pagar o substituto quando o titular gozar férias (????)**

2) Já tinham desaparecido na IN nº 2/2008:

a) Reserva Técnica, b) Treinamento, e c) Indenização Adicional

Relatar entendimento do TCU sobre Reserva Técnica e Treinamento.

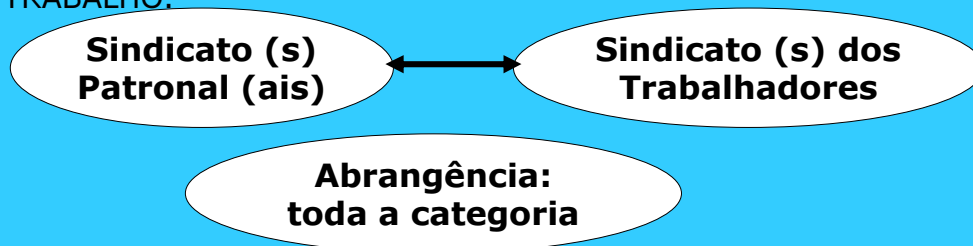
43

43

## **CONVENÇÃO, ACORDO E SENTENÇA NORMATIVA EM DISSÍDIO COLETIVO**

FUNDAMENTAÇÃO: CLT (TÍTULO VI, Arts. 611 a 625)

**ART. 611 - CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** = É O ACORDO DE CARÁTER NORMATIVO, PELO QUAL DOIS OU MAIS SINDICATOS REPRESENTATIVOS DE CATEGORIAS ECONÔMICAS E PROFISSIONAIS ESTIPULAM CONDIÇÕES DE TRABALHO APLICÁVEIS, NO ÂMBITO DAS RESPECTIVAS REPRESENTAÇÕES, ÀS RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO.



44

44

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO - § 1º do art. 611 da CLT** - É facultado aos **Sindicatos** representativos de categorias profissionais celebrar **Acordos** Coletivos com uma ou mais **empresas** da correspondente categoria econômica, que estipulem condições de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa ou das acordantes respectivas relações de trabalho.



Art. 8º, II, da CF: é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, **não podendo ser inferior à área de um Município.**

45

45

**SENTENÇA NORMATIVA EM DISSÍDIO COLETIVO DE TRABALHO** = O PODER JUDICIÁRIO É CHAMADO A INTERVIR NA NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E PROFERIR A SENTENÇA NORMATIVA.



**ACORDO E CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO E SENTENÇA NORMATIVA EM DISSÍDIO COLETIVO SÃO FONTES NORMATIVAS DO DIREITO DO TRABALHO.**

46

46

**NOVA CLT: Art. 614, § 3º.** Não será permitido estipular duração de Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo de trabalho **superior a 2 (dois) anos**, sendo vedada a ultratividade.

**NOVA CLT: Art. 620.** As condições estabelecidas em **acordo** coletivo de trabalho **sempre prevalecerão** sobre as estipuladas em **convenção** coletiva de trabalho.

47

47

**NOVA CLT - Art. 611-A - A convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho, observados os incisos III e IV do caput do art. 8º da Constituição, têm prevalência sobre a lei quando, entre outros, dispuserem sobre: (nova redação dada pela MP nº 808)**

**I-** pacto quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais;

**II-** banco de horas anual;

**III- intervalo intrajornada, respeitado o limite mínimo de trinta minutos** para jornadas superiores a seis horas;

**IV-** adesão ao Programa Seguro-Emprego (PSE), de que trata a Lei 13.189, de 19 de novembro de 2015;

**V-** plano de cargos, salários e funções compatíveis com a condição pessoal do empregado, bem como identificação dos cargos que se enquadram como funções de confiança;

**VI-** regulamento empresarial;

C.F. - Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

48

48



**VII-** representante dos trabalhadores no local de trabalho;

**VIII-** teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente;

**IX-** remuneração por produtividade, incluídas gorjetas percebidas pelo empregado, e remuneração por desempenho individual;

**X-** modalidade de registro de jornada de trabalho;

**XI-** troca do dia de feriado;

**XII- enquadramento do grau de insalubridade;**

**XIII-** prorrogação de jornada em ambientes insalubres, sem licença prévia das autoridades competentes do Ministério do Trabalho;

**XIV-** prêmios de incentivo em bens ou serviços, eventualmente concedidos em programas de incentivo;

**XV-** participação nos lucros ou resultados da empresa.

49